



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
Av. André Araújo, S/N - Bairro Aleixo - CEP 69060-000 - Manaus - AM - www.tjam.jus.br

DECISÃO GABPRES

Trata-se de processo administrativo por meio do qual a Secretaria de Serviços Integrados de Saúde solicita a aquisição de equipamentos necessários para o suporte no atendimento clínico médico e odontológico, conforme Documento de Formalização de Demanda (Id. [1734486](#)).

Decisão GABPRES STJAUXP/TJ/JUIZ2 (Id. [2007548](#)) autorizando a realização da aquisição do objeto em análise por meio do sistema de dispensa eletrônica, encaminhando-se os autos à SECOP/DVCOP para o prosseguimento do feito, nos termos da Resolução n. 64/2023 - TJAM.

Realizados os procedimentos atinentes à dispensa de licitação eletrônica para o objeto em análise, a SECOP/DVCOP encaminhou os autos para demais atos de conclusão do processo de contratação direta. Adicionalmente, informou que, no sistema de compras, o processo de dispensa eletrônica encontra-se pendente de homologação/adjudicação, conforme informações constantes do documento de Id. [2036676](#).

É o sucinto relatório, no seu essencial.

A Constituição Federal estabelece em seu art. 37, inciso XXI, regulamentado atualmente pela Lei Federal nº 14.133/2021, a necessidade do processo licitatório para contratações feitas pelo Poder Público com terceiros.

Nesse contexto, o próprio dispositivo constitucional reconhece a existência de exceções à regra, ao efetuar a ressalva dos casos especificados na legislação, quais sejam, a dispensa e a inexigibilidade de licitação.

No caso em comento, conforme relatado no parecer técnico, o pleito *sub examine* amolda-se à hipótese de dispensa de licitação prevista no art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021, para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras, atualizado pelo Decreto n. 11.317/2022, exatamente como ocorre no caso em comento.

Ademais, quanto à realização da dispensa na forma eletrônica, esta foi devidamente autorizada pela Presidência, nos termos do Art. 63 da Resolução n. 64/2023 - TJAM.

Ante o exposto, **autorizo** a contratação direta da empresa **Hellen Kezia de Siqueira Borges, CNPJ: 57.665.475/0001-14**, no valor total de **R\$ 20.797,97 (vinte mil, setecentos e noventa e sete reais e noventa e sete centavos)**, por dispensa de licitação, em razão do preço se enquadrar no limite estabelecido pelo art. 75, II da Lei nº 14.133/2021.

Frise-se que, no momento da celebração efetiva do negócio jurídico, deverá ser providenciada a documentação indicativa de que não há restrições no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e de que não há restrições junto ao Poder Público em relação a certidão negativa ou positiva com efeito de negativa.

Imprescindível, também, a necessidade de se dar ampla publicidade às compras realizadas pela Administração Pública, nos moldes do art. 37, *caput*, da CF/88.

À **Secretaria de Compras e Operações, Secretaria de Expediente e Secretaria de Orçamento e Finanças** para providências de praxe.

Manaus, data registrada no sistema.

(assinado eletronicamente)

Desembargador **Jomar Ricardo Saunders Fernandes**

Presidente



Documento assinado eletronicamente por **Jomar Ricardo Saunders Fernandes, Desembargador de Justiça**, em 18/02/2025, às 13:17, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tjam.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2037789** e o código CRC **57C6CB63**.

2024/000039285-00

2037789v3

Criado por [juliana.oliveira](#), versão 3 por [felipe.walker](#) em 13/02/2025 06:38:47.